



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIÁBA

Processo n.º Projeto-de-lei nº 018/00

Espécie do Expediente: "Dispõe sobre a caligrafia a ser apresentada por médicos e dentistas em suas receitas e dá outras providências".

Proponente: Ver. Luis Carlos Ávila Vargas

Data de Entrada 27 / julho / 2000

Protocolado sob nº 1987 - Fl. 02

A n d a m e n t o

- Encaminhado à Secretaria em 10.08.00. Doc.

Um 5.0.08.00 foram às Comissões Interc. e
socé; Cultura, Educ. Art. Sess. Plen.

Um 5.0.08.00 foi arquivado, devendo permanecer
nos comitês competentes. Plen.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Guaíba, 1º de agosto de 2000.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Volto a propor este Projeto de Lei, que trata da forma como as receitas devem ser grafadas, quando manuscritas. Como é sabido, alguns profissionais da medicina (médicos, dentistas, veterinários, etc.), que prescrevem medicamentos via receituário, não raro o fazem de forma ininteligível. Não é como crítica à alguns poucos profissionais que, certamente, na ânsia de prescrever com rapidez o remédio ao seu paciente, o faz com grafia de difícil compreensão e leitura.

Os milhares de medicamentos que compõem o “acervo” medicamentoso, têm, geralmente, nomes muito semelhantes. Por isto, o que o profissional prescreve deve ser feito com clareza. Ocorrendo erro de leitura ou interpretação por parte do usuário, ou mesmo do balonista da farmácia que fornecerá o remédio prescrito, o usuário poderia, por que não, ingerir um medicamento de uso exclusivamente externo, ou vice-versa, que além de não corrigir a sua doença, certamente estaria tendo uma outra doença ou intoxicação.

Outro problema que o presente Projeto de Lei busca solucionar ou minimizar é referente aos Remédios Genéricos; sabidamente muito mais baratos e tão eficientes quanto os tradicionais de nomes comerciais. Havendo remédio genérico, similar ao de nome comercial que normalmente estão habituados a prescrever aos seus pacientes, os médicos deveriam indicar, na receita, esta alternativa; o que, convenhamos, deveria ser uma prática já consagrada, mas ainda é regra. Caso o médico, ou dentista, entenda que deva manter ou indicar tratamento profilático, fazendo uso de um determinado remédio, pode, seguramente, prescrever ao seu paciente, medicamento de nome comercial, mesmo que haja similar genérico.

Há lei estadual determinando que as farmácias e drogarias, fixem, em local visível de suas dependências, relação dos medicamentos genéricos e suas aplicações (seus similares com nomes comerciais). Há, também, regulamentação do Ministério da Saúde, que o médico só pode impedir que o medicamento receitado seja trocado por um genérico na farmácia, se escrever claramente na receita que não autoriza a troca. Desta forma, acredito que esta lei, vem se somar às leis já existentes, de forma tal que minimize ao máximo as possibilidades de erros e tudo isto sem o menor ônus ao profissional médico, basta para isto que escreva de forma legível; o que não é nenhum favor ao seu paciente.

RECEBIDO

27/07/00

17:30 HORAS

SECRETARIA

Luis Vargas

PLL 018/2000 - AUTORIA: Ver. Luis Vargas

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf>

CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 384910363F9CCFE1BD74B37617BCA8CC

CÓDIGO DO DOCUMENTO: 024646





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10
PL

Projeto de Lei nº 018 / 00

“Dispõe sobre a caligrafia a ser apresentada por médicos e dentistas em suas receitas e outras providências”

Art. 1º — Ficam os médicos e dentistas, da rede pública ou privada, obrigados a grafar de forma legível as receitas aos seus pacientes e apresentar, sempre que houver, alternativa de medicamento genérico.

Parágrafo Único — Para os efeitos desta lei, considera-se rede pública ou privada: os hospitais, os ambulatórios, os postos de saúde e os consultórios;

Art. 2º — Os receituários poderão ser apresentados de forma datilografada, impressa ou manuscrita;

Art. 3º — Os médicos e dentistas deverão escrever de próprio punho, no receituário, quando não quiserem que o paciente troque o medicamento prescrito por seu similar genérico;

Art. 4º — A violação do disposto nesta lei acarretará as seguintes penalidades:

- I — pena pecuniária de 1 (um) salário mínimo vigente;
- II — se reincidente, suspensão provisória do Alvará de Localização.

Art. 5º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíba, de de 2000.

Nelson Cornetet
(Prefeito)

PLL 018/2000 - AUTORIA: Ver. Luís Vargas

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf>

CÓDIGO DO DOCUMENTO: 024646



CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 384910363F9CCFE1BD74B37617BCA8CC



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.^o

PROCESSO N.^o 018/00.

REQUERENTE

Xo3
Rhe

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

*Solicitamos que seja juntado o
parecer do DPM existente em projeto
idêntico anterior ao próprio apresentado.*

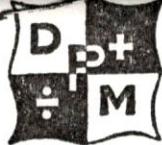
Sala das Comissões, em

09/08/00.

Presidente

Relator





DELEGAÇÕES DE PREFEITURAS MUNICIPAIS

CASA DOS MUNICÍPIOS

Sede Própria

Rua das Andradas, 1270 - 11º andar - Fone: (051) 228-7933 - Fax (051) 226-8390 - CEP 90020-008 - P. Alegre - Rio G. do Sul

Ofício nº 1.126-99

Porto Alegre, 04 de outubro de 1999.

Senhor Presidente:

Solicita-nos Vossa Excelência, em mensagem fax, of. 110/99, parecer sobre o Projeto de Lei nº 040/99, em tramitação nessa Casa, e que, como diz sua ementa, *"Dispõe sobre a caligrafia a ser apresentada por médicos e dentistas em suas receitas."* O projeto é de iniciativa do Vereador Nelson Cornetet.

A matéria de que trata a preposição insere-se como própria do exercício profissional e encontra-se regulada no Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução nº 1.246, de 08.01.88, do Conselho Federal de Medicina, no exercício da competência que lhe confere o art. 5º, letra "a" da Lei Federal nº 3.268, de 30-09-1957.

Prescreve-se, no Código de Ética Médica, no Capítulo III, que trata da *"Responsabilidade Profissional"*:

É VEDADO AO MÉDICO:

Art. 39 - Receitar ou atestar de forma secreta ou ilegível, assim como assinar em branco folhas de receituário, laudos, atestados ou quaisquer outros documentos médicos".

O descumprimento desse dispositivo sujeita os profissionais às penalidades previstas na Lei nº 3.268/57, cuja aplicação é de competência dos Conselhos Regionais de Medicina, mediante processo disciplinar, dependente de representação de autoridade ou interessado.

A SUA EXCELÊNCIA
VER. HONÓRIO OVALHE
M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GUAÍBA - RS
BB/mv

RECEBIDO
07/10/99
12:21 horas

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

PLL 018/2000 - AUTORIA: Ver. Luís Vargas
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://www.camaraguaiaba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf>
CÓDIGO DO DOCUMENTO: 024646

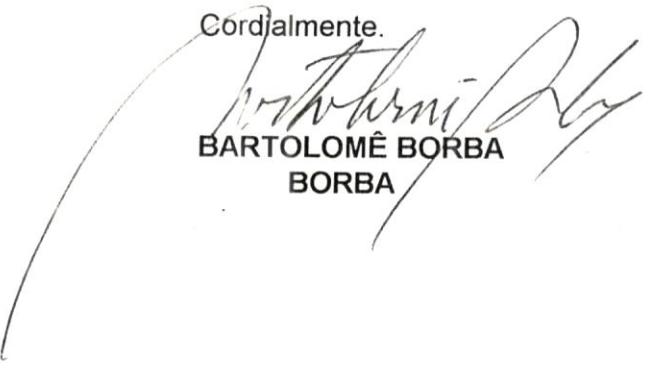


65
10

Trata-se de matéria de competência da União - exercício de profissões (CF, art. 22, XVI). A Lei nº 3.268/57 confere ao Conselho Federal de Medicina a atribuição de aprovar o Código de Ética Médica. Neste já consta norma a respeito da forma de que se devem revestir os receituários médicos. Não vemos, assim, espaço para o Município legislar a respeito.

Vê-se, então, que a matéria de que trata o projeto já está legislada pela União, que para tanto tem competência, o que torna inconstitucional o projeto em tramitação.

Cordialmente,


BARTOLOMÉ BORBA
BORBA



§ 2º — O Presidente da Ráde Ferroviária Federal S.A., despachará com o Ministro da Viação e Obras Públicas os assuntos de interesse da mesma que dependam de providências do Governo Federal, na alçada da Presidência da República.

Art. 9º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*) LEX 1967, Lex. Fed. pág. 291.

DECRETO N.º 42.381 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Aprova os estatutos e atos constitutivos da Ráde Ferroviária Federal S.A.

LEI N.º 3.266 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências

Art. 1º — O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina, instituídos pelo Decreto-lei n.º 7.955 (*), de 13 de setembro de 1945, passam a constituir em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º — O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Medicina são os órgãos supervisores da ética profissional em toda a República e ao mesmo tempo julgadores e disciplinadores da classe médica, cabendo-lhes zelar e trabalhar, por prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Art. 3º — Haverá na Capital da República um Conselho Federal, com jurisdição em todo o Território Nacional, ao qual ficam subordinados os Conselhos Regionais; e, em cada capital de Estado e Território e no Distrito Federal, um Conselho Regional, denominado segundo sua jurisdição, que alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

Art. 4º — O Conselho Federal de Medicina compor-se-á de 10 (dez) membros. Parágrafo único — Dos 10 (dez) membros e respectivos suplentes do Conselho Federal, 9 (nove) serão eleitos, por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos em assembleia dos delegados dos Conselhos Regionais, e o restante pela Associação Médica Brasileira.

Art. 5º — São atribuições do Conselho Federal:

- organizar o seu regimento interno;
- aprovar os regimentos internos, organizados pelos Conselhos Regionais;
- eleger o presidente e o secretário geral do Conselho;
- votar e alterar o Código de Deontologia Médica, ouvidos os Conselhos Regionais;
- promover quaisquer diligências ou verificações, relativas ao funcionamento quando necessárias, provisórias convenientes a bem da sua eficiência e regularidade;
- propor ao Governo Federal a emenda ou alteração do Regulamento desta Lei;
- expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos Conselhos Regionais e dirimir-las;
- tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos, Relacionais e de recursos;
- de recusas;

Art. 6º — Poderá ser criado, a critério do presidente, vice-presidente, secretário geral, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, na forma do regimento.

Art. 8º — Ao presidente do Conselho Federal compete a direção do mesmo Conselho, cabendo-lhe velar pela conservação do decoro e da independência dos Conselhos de Medicina e pelo livre exercício legal dos direitos de seus membros.

Art. 9º — O secretário geral terá à seu cargo a secretaria permanente do Conselho Federal.

Art. 10 — O presidente e o secretário geral residirão no Distrito Federal durante todo o tempo de seus mandatos.

Art. 11 — A renda do Conselho Federal será constituída de:

- 20% (vinte por cento) da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos;
- 1/3 (um terço) da taxa de expedição das carteiras profissionais;
- 1/3 (um terço) das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;
- doações e legados;
- subvenções oficiais;
- bens e valores adquiridos;
- 1/3 (um terço) das anuidades percebidas pelos Conselhos Regionais.

Art. 12 — Os Conselhos Regionais serão instalados em cada capital de Estado, (cinco) membros, quando o Conselho tiver até 50 (cinqüenta) médicos inscritos, de 10 (dez), até 150 (cento e cinquenta) médicos inscritos, de 15 (quinze), até 300 (trezentos) médicos inscritos, e, finalmente, de 21 (vinte e um), quando excedido esse número.

Art. 13 — Os membros dos Conselhos Regionais de Medicina, com exceção do secretário em assembléia, dos inscritos de cada região e que estejam em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º — As eleições para os Conselhos Regionais serão feitas sem discriminação de cargos, que serão providos na primeira reunião ordinária dos mesmos.

§ 2º — O mandato dos membros dos Conselhos Regionais será meramente honorífico, é exigida como requisito para eleição a qualidade de brasileiro nato ou naturalizado.

Art. 14 — A diretoria de cada Conselho Regional compor-se-á de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e tesoureiro.

Parágrafo único — Nos Conselhos Regionais onde o quadro abrange menos de 20 (vinte) médicos inscritos poderão ser suprimidos os cargos de vice-presidente e os de primeiro ou segundo secretários, ou alguns destes.

Art. 15 — São atribuições dos Conselhos Regionais:

- deliberar sobre a inscrição e cancelamento no quadro do Conselho;
- mater um registro dos médicos, legalmente habilitados, com exercício na respectiva Região;
- fiscalizar o exercício de profissão de médico;
- conhecer, apreciar e decidir os assuntos atinentes à ética profissional, impondo as penalidades que couberem;
- elaborar a proposta do seu regimento interno, submetendo-a à aprovação

do Conselho Federal;

7) velar pela conservação da honra e da independência dos Conselhos Regionais;

8) de recursos;

9) de membros;

10) de recursos;

11) de recursos;

12) de recursos;

13) de recursos;

14) de recursos;

15) de recursos;

16) de recursos;

17) de recursos;

18) de recursos;

19) de recursos;

20) de recursos;

21) de recursos;

22) de recursos;

23) de recursos;

24) de recursos;

25) de recursos;

26) de recursos;

27) de recursos;

28) de recursos;

29) de recursos;

30) de recursos;

31) de recursos;

32) de recursos;

33) de recursos;

34) de recursos;

35) de recursos;

36) de recursos;

37) de recursos;

38) de recursos;

39) de recursos;

40) de recursos;

41) de recursos;

42) de recursos;

43) de recursos;

44) de recursos;

45) de recursos;

46) de recursos;

47) de recursos;

48) de recursos;

49) de recursos;

50) de recursos;

51) de recursos;

52) de recursos;

53) de recursos;

54) de recursos;

55) de recursos;

56) de recursos;

57) de recursos;

58) de recursos;

59) de recursos;

60) de recursos;

61) de recursos;

62) de recursos;

63) de recursos;

64) de recursos;

65) de recursos;

66) de recursos;

67) de recursos;

68) de recursos;

69) de recursos;

70) de recursos;

71) de recursos;

72) de recursos;

73) de recursos;

74) de recursos;

75) de recursos;

76) de recursos;

77) de recursos;

78) de recursos;

79) de recursos;

80) de recursos;

81) de recursos;

82) de recursos;

83) de recursos;

84) de recursos;

85) de recursos;

86) de recursos;

87) de recursos;

88) de recursos;

89) de recursos;

90) de recursos;

91) de recursos;

92) de recursos;

93) de recursos;

94) de recursos;

95) de recursos;

96) de recursos;

97) de recursos;

98) de recursos;

99) de recursos;

100) de recursos;

101) de recursos;

102) de recursos;

103) de recursos;

104) de recursos;

105) de recursos;

106) de recursos;

107) de recursos;

108) de recursos;

109) de recursos;

110) de recursos;

111) de recursos;

112) de recursos;

113) de recursos;

114) de recursos;

115) de recursos;

116) de recursos;

117) de recursos;

118) de recursos;

119) de recursos;

120) de recursos;

121) de recursos;

122) de recursos;

123) de recursos;

124) de recursos;

125) de recursos;

126) de recursos;

127) de recursos;

128) de recursos;

129) de recursos;

130) de recursos;

131) de recursos;

132) de recursos;

133) de recursos;

134) de recursos;

135) de recursos;

136) de recursos;

137) de recursos;

138) de recursos;

139) de recursos;

140) de recursos;

141) de recursos;

142) de recursos;

143) de recursos;

144) de recursos;

145) de recursos;

146) de recursos;

147) de recursos;

148) de recursos;

149) de recursos;

150) de recursos;

151) de recursos;

152) de recursos;

153) de recursos;

154) de recursos;

155) de recursos;

156) de recursos;

157) de recursos;

158) de recursos;

159) de recursos;

160) de recursos;

161) de recursos;

162) de recursos;

163) de recursos;

164) de recursos;

165) de recursos;

166) de recursos;

167) de recursos;

168) de recursos;

169) de recursos;

170) de recursos;

171) de recursos;

172) de recursos;

173) de recursos;

174) de recursos;

175) de recursos;

176) de recursos;

177) de recursos;

178) de recursos;

179) de recursos;

180) de recursos;

181) de recursos;

182) de recursos;

183) de recursos;

184) de recursos;

185) de recursos;

186) de recursos;

187) de recursos;

188) de recursos;

189) de recursos;

190) de recursos;

191) de recursos;

192) de recursos;

193) de recursos;

194) de recursos;

195) de recursos;

196) de recursos;

197) de recursos;

198) de recursos;

199) de recursos;

200) de recursos;

201) de recursos;

202) de recursos;

203) de recursos;

204) de recursos;

205) de recursos;

206) de recursos;

207) de recursos;

208) de recursos;

209) de recursos;

210) de recursos;

211) de recursos;

212) de recursos;

213) de recursos;

214) de recursos;

215) de recursos;

216) de recursos;

217) de recursos;

218) de recursos;

219) de recursos;

220) de recursos;

221) de recursos;

222) de recursos;

223) de recursos;

224) de recursos;

225) de recursos;

226) de recursos;

227) de recursos;

228) de recursos;

229) de recursos;

230) de recursos;

231) de recursos;

232) de recursos;

233) de recursos;

234) de recursos;

235) de recursos;

236) de recursos;

237) de recursos;

238) de recursos;

239) de recursos;

240) de recursos;

241) de recursos;

242) de recursos;

243) de recursos;

244) de recursos;

245) de recursos;

246) de recursos;

247) de recursos;

248) de recursos;

249) de recursos;

250) de recursos;

251) de recursos;

252) de recursos;

253) de recursos;

254) de recursos;

255) de recursos;

256) de recursos;

257) de recursos;

258) de recursos;

259) de recursos;

260) de recursos;

261) de recursos;

262) de recursos;

263) de recursos;

264) de recursos;

265) de recursos;

266) de recursos;

267) de recursos;

268) de recursos;

269) de recursos;

270) de recursos;

271) de recursos;

272) de recursos;

273) de recursos;

274) de recursos;

275) de recursos;

276) de recursos;

277) de recursos;

278) de recursos;

279) de recursos;

280) de recursos;

281) de recursos;

282) de recursos;

283) de recursos;

284) de recursos;

285) de recursos;

286) de recursos;

287) de recursos;

288) de recursos;

289) de recursos;

290) de recursos;

291) de recursos;

292) de recursos;

293) de recursos;

294) de recursos;

295) de recursos;

296) de recursos;

297) de recursos;

298) de recursos;

299) de recursos;

300) de recursos;

301) de recursos;

302) de recursos;

303) de recursos;

304) de recursos;

305) de recursos;

306) de recursos;

307) de recursos;

308) de recursos;

309) de recursos;

310) de recursos;

311) de recursos;

312) de recursos;

313) de recursos;

314) de recursos;

315) de recursos;

316) de recursos;

317) de recursos;

318) de recursos;

319) de recursos;

320) de recursos;

321) de recursos;

322) de recursos;

323) de recursos;

324) de recursos;

325) de recursos;

326) de recursos;

327) de recursos;

328) de recursos;

329) de recursos;

330) de recursos;

331) de recursos;

332) de recursos;

333) de recursos;

334) de recursos;

335) de recursos;

336) de recursos;

337) de recursos;

338) de recursos;

339) de recursos;

340) de recursos;

341) de recursos;

342) de recursos;

343) de recursos;

344) de recursos;

345) de recursos;

346) de recursos;

347) de recursos;

348) de recursos;

349) de recursos;

350) de recursos;

351) de recursos;

352) de recursos;

353) de recursos;

354) de recursos;

355) de recursos;

356) de recursos;

357) de recursos;

358) de recursos;

359) de recursos;

360) de recursos;

361) de recursos;

362) de recursos;

363) de recursos;

364) de recursos;

365) de recursos;

366) de recursos;

367) de recursos;

368) de recursos;

369) de recursos;

370) de recursos;

371) de recursos;

372) de recursos;

373) de recursos;

374) de recursos;

375) de recursos;

376) de recursos;

377) de recursos;

378) de recursos;

379) de recursos;

380) de recursos;

381) de recursos;

382) de recursos;

383) de recursos;

384) de recursos;

385) de recursos;

386) de recursos;

387) de recursos;

388) de recursos;

389) de recursos;

390) de recursos;

391) de recursos;

392) de recursos;

393) de recursos;

394) de recursos;

395) de recursos;

396) de recursos;

397) de recursos;

398) de recursos;

399) de recursos;

400) de recursos;

401) de recursos;

402) de recursos;

403) de recursos;

404) de recursos;

405) de recursos;

406) de recursos;

407) de recursos;

408) de recursos;

409) de recursos;

410) de recursos;

411) de recursos;

412) de recursos;

413) de recursos;

414) de recursos;

415) de recursos;

416) de recursos;

417) de recursos;

418) de recursos;

419) de recursos;

420) de recursos;

421) de recursos;

422) de recursos;

423) de recursos;

424) de recursos;

425) de recursos;

426) de recursos;

427) de recursos;

428) de recursos;

429) de recursos;

430) de recursos;

431) de recursos;

432) de recursos;

433) de recursos;

434) de recursos;

435) de recursos;

436) de recursos;

437) de recursos;

438) de recursos;

439) de recursos;

440) de recursos;

441) de recursos;

442) de recursos;

443) de recursos;

444) de recursos;

445) de recursos;

446) de recursos;

447) de recursos;

448) de recursos;

449) de recursos;

450) de recursos;

451) de recursos;

452) de recursos;

453) de recursos;

454) de recursos;

455) de recursos;

456) de recursos;

457) de recursos;

458) de recursos;

459) de recursos;

460) de recursos;

461) de recursos;

462) de recursos;

463) de recursos;

464) de recursos;

465) de recursos;

466) de recursos;

467) de recursos;

468) de recursos;

469) de recursos;

470) de recursos;

471) de recursos;

472) de recursos;

473) de recursos;

474) de recursos;

475) de recursos;

476) de recursos;

477) de recursos;

478) de recursos;

479) de recursos;

480) de recursos;

481) de recursos;

482) de recursos;

483) de recursos;

484) de recursos;

485) de recursos;

486) de recursos;

487) de recursos;

488) de recursos;

489) de recursos;

490) de recursos;

491) de recursos;

492) de recursos;

493) de recursos;

494) de recursos;

495) de recursos;

496) de recursos;

497) de recursos;

498) de recursos;

499) de recursos;

500) de recursos;

501) de recursos;

502) de recursos;

503) de recursos;

504) de recursos;

505) de recursos;

506) de recursos;

507) de recursos;

508) de recursos;

509) de recursos;

510) de recursos;

511) de recursos;

512) de recursos;

513) de recursos;

514) de recursos;

515) de recursos;

516) de recursos;

517) de recursos;

518) de recursos;

519) de recursos;

520) de recursos;

521) de recursos;

522) de recursos;

523) de recursos;

524) de recursos;

525) de recursos;

526) de recursos;

527) de recursos;

528) de recursos;

529) de recursos;

530) de recursos;

531) de recursos;

532) de recursos;

533) de recursos;

534) de recursos;

535) de recursos;

536) de recursos;

537) de recursos;

538) de recursos;

539) de recursos;

540) de recursos;

541) de recursos;

542) de recursos;

543) de recursos;

544) de recursos;

545) de recursos;

546) de recursos;

547) de recursos;

548) de recursos;

549) de recursos;

550) de recursos;

551) de recursos;

552) de recursos;

553) de recursos;

554) de recursos;

555) de recursos;

556) de recursos;

557) de recursos;

558) de recursos;

559) de recursos;

560) de recursos;

561) de recursos;

562) de recursos;

563) de recursos;

564) de recursos;

565) de recursos;

566) de recursos;

567) de recursos;

568) de recursos;

569) de recursos;

570) de recursos;

571) de recursos;

572) de recursos;

573) de recursos;

574) de recursos;

575) de recursos;

576) de recursos;

577) de recursos;

578) de recursos;

579) de recursos;

580) de recursos;

581) de recursos;

582) de recursos;

583) de recursos;

584) de recursos;

585) de recursos;

586) de recursos;

587) de recursos;

588) de recursos;

589) de recursos;

590) de recursos;

591) de recursos;

592) de recursos;

593) de recursos;

594) de recursos;

595) de recursos;

596) de recursos;

597) de recursos;

598) de recursos;

599) de recursos;

600) de recursos;

601) de recursos;

602) de recursos;

603) de recursos;

604) de recursos;

605) de recursos;

606) de recursos;

607) de recursos;

608) de recursos;

609) de recursos;

610) de recursos;

611) de recursos;

612) de recursos;

613) de recursos;

614) de recursos;

615) de recursos;

616) de recursos;

617) de recursos;

618) de recursos;

619) de recursos;

620) de recursos;

621) de recursos;

622) de recursos;

623) de recursos;

624) de recursos;

625) de recursos;

626) de recursos;

627) de recursos;

628) de recursos;

629) de recursos;

630) de recursos;

631) de recursos;

632) de recursos;

633) de recursos;

634) de recursos;

635) de recursos;

636) de recursos;

637) de recursos;

638) de recursos;

639) de recursos;

640) de recursos;

641) de recursos;

642) de recursos;

643) de recursos;

644) de recursos;

645) de recursos;

646) de recursos;

647) de recursos;

648) de recursos;

649) de recursos;

650) de recursos;

651) de recursos;

652) de recursos;

653) de recursos;

654) de recursos;

655) de recursos;

656) de recursos;

657) de recursos;

658) de recursos;

659) de recursos;

660) de recursos;

661) de recursos;

662) de recursos;

663) de recursos;

664) de recursos;

665) de recursos;

666) de recursos;

667) de recursos;

668) de recursos;

669) de recursos;

670) de recursos;

671) de recursos;

672) de recursos;

673) de recursos;

674) de recursos;

675) de recursos;

676) de recursos;

677) de recursos;

678) de recursos;

679) de recursos;

680) de recursos;

681) de recursos;

682) de recursos;

683) de recursos;

684) de recursos;

685) de recursos;

686) de recursos;

687) de recursos;

688) de recursos;

689) de recursos;

690) de recursos;

691) de recursos;

692) de recursos;

693) de recursos;

694) de recursos;

695) de recursos;

696) de recursos;

697) de recursos;

698) de recursos;

699) de recursos;

700) de recursos;

701) de recursos;

702) de recursos;

703) de recursos;

704) de recursos;

705) de recursos;

706) de recursos;

707) de recursos;

708) de recursos;

709) de recursos;

710) de recursos;

711) de recursos;

712) de recursos;

713) de recursos;

714) de recursos;

715) de recursos;

716) de recursos;

717) de recursos;

718) de recursos;

719) de recursos;

720) de recursos;

721) de recursos;

722) de recursos;

723) de recursos;

724) de recursos;

725) de recursos;

726) de recursos;

727) de recursos;

728) de recursos;

729) de recursos;

730) de recursos;

731) de recursos;

732) de recursos;

733) de recursos;

734) de recursos;

735) de recursos;

736) de recursos;

737) de recursos;

738) de recursos;

739) de recursos;

740) de recursos;

741) de recursos;

742) de recursos;

743) de recursos;

744) de recursos;

745) de recursos;

746) de recursos;

747) de recursos;

748) de recursos;

749) de recursos;

750) de recursos;

751) de recursos;

752) de recursos;

753) de recursos;

754) de recursos;

755) de recursos;

756) de recursos;

757) de recursos;

758) de recursos;

759) de recursos;

760) de recursos;

761) de recursos;

762) de recursos;

763) de recursos;

764) de recursos;

765) de recursos;

766) de recursos;

767) de recursos;

768) de recursos;

769) de recursos;

770) de recursos;

771) de recursos;

772) de recursos;

773) de recursos;

774) de recursos;

775) de recursos;

776) de recursos;

777) de recursos;

778) de recursos;

779) de recursos;

780) de recursos;

781) de recursos;

782) de recursos;

783) de recursos;

784) de recursos;

785) de recursos;

786) de recursos;

787) de recursos;

788) de recursos;

789) de recursos;

790) de recursos;

791) de recursos;

792) de recursos;

793) de recursos;

794) de recursos;

795) de recursos;

796) de recursos;

7

§ 5º — As eleições serão feitas por escrutínio secreto, perante o Conselho, quando haja mais de duzentos votantes, determinarem-se locais diversos para o recebimento dos votos, permanecendo, neste caso, em cada local, dois diretores, ou médicos inscritos, designados pelo Conselho.

§ 6º — Em cada eleição, os votos serão recebidos durante 6 (seis) horas contínuas pelo menos.

Art. 27 — A inscrição dos profissionais já registrados nos Órgãos de saúde pública, na data da presente lei, será feita, independentemente da apresentação de títulos, diplomas, certificados ou cartas registradas no Ministério da Educação e Cultura, mediante prova do registro na repartição competente.

Art. 28 — O atual Conselho Federal de Medicina designará diretorias provisórias para os Conselhos Regionais dos Estados Territórios e Distrito Federal, onde não ouverem ainda sido instalados, que tomarão a seu cargo a sua instalação e a conselho, dentro em 180 (cento e oitenta) dias, da assembleia geral, que elegerá o Conselho Regional respectivo.

Art. 29 — O Conselho Federal de Medicina baixará instruções no sentido de nomear a coincidência dos mandatos dos membros dos Conselhos Regionais já instalados e dos que vierem a ser organizados.

Art. 30 — Enquanto não for elaborado e aprovado pelo Conselho Federal de Medicina, ouvidos os Conselhos Regionais o Código de Deontologia Médica, vigorará o Código de Ética da Associação Médica Brasileira.

Art. 31 — O pessoal a serviço dos Conselhos de Medicina será inscrito, para efeitos de previdência social, no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em conformidade com o art. 2º do Decreto-Lei n.º 3.347 (*), de 12 de junho de 1941.

Art. 32 — As diretorias provisórias a que se refere o art. 28, organizarão a lista de emolumentos devidos pelos inscritos, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal.

Art. 33 — O Poder Executivo providenciará a entrega ao Conselho Federal de medicina, logo após a publicação da presente lei, de 40% (quarenta por cento) da totalidade do imposto sindical pago pelos médicos e firm de que sejam empregados à constituição do mesmo Conselho e dos Conselhos Regionais.

Art. 34 — O Governo Federal tomará medidas para a instalação condigna dos conselhos de Medicina no Distrito Federal e nas capitais dos Estados e Territórios, quanto possível em edifícios públicos.

Art. 35 — O Conselho Federal de Medicina elaborará o projeto de decreto regulamentar a lei, apresentando-o ao Poder Executivo dentro em 120 (cento vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 36 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, reverados o decreto-lei n.º 7.955 (*), de 13 de setembro de 1945, e disposições em contrário.

LEI N.º 3.273 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1957
Põe a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências.

Art. 1º — Em cumprimento do artigo 4º e seu § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida, no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no planalto central do País.

Art. 2º — Os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo ficam autorizados a tomar as providências necessárias ao atendimento do disposto no artigo anterior.

Art. 3º — Fica incluída na relação descritiva do Plano Rodoviário Nacional, de que trata a Lei n.º 2.975 (**), de 27 de novembro de 1955, a ligação Rio-Brasília, para os efeitos do artigo 3º da mesma lei.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*) v. LEX 1946, Leg. Fed., pág. 580.

(**) v. LEX 1956, Leg. Fed., pág. 580.

DECRETO N.º 42.248 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1957

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital de responsabilidade da "A. Stussa" Sociedade Anônima de Seguros Gerais.

DECRETO N.º 42.275 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1957

Autoriza estrangeiros a adquirirem em transferência de aforamento, fração ideal do domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

DECRETO N.º 42.337 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extramunerário-Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.

DECRETO N.º 42.338 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento para a Escola de Guerra Naval.

DECRETO N.º 42.339 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

DECRETO N.º 42.340 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Altera o Regulamento para o Corpo do Pessoal de Oliveira e dá outras providências.

DECRETO N.º 42.342 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Declara de utilidade Pública, para efeito de desapropriação, imóvel de propriedade de José Maia de Oliveira e dá outras providências.

DECRETO N.º 42.343 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1957

Outorga à Companhia Força e Luz de Cambuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Nossa Senhora do Carmo existente no rio do Peixe, distrito de Cambuí, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://www.camaraguiba.rs.gov.br/portal/authenticidade/pdf>

Nº 30 DE SETEMBRO DE 1957
Decreto N.º 42.344
Decreto N.º 42.345
Decreto N.º 42.346
Decreto N.º 42.347
Decreto N.º 42.348
Decreto N.º 42.349
Decreto N.º 42.350
Decreto N.º 42.351
Decreto N.º 42.352
Decreto N.º 42.353
Decreto N.º 42.354
Decreto N.º 42.355
Decreto N.º 42.356
Decreto N.º 42.357
Decreto N.º 42.358
Decreto N.º 42.359
Decreto N.º 42.360
Decreto N.º 42.361
Decreto N.º 42.362
Decreto N.º 42.363
Decreto N.º 42.364
Decreto N.º 42.365
Decreto N.º 42.366
Decreto N.º 42.367
Decreto N.º 42.368
Decreto N.º 42.369
Decreto N.º 42.370
Decreto N.º 42.371
Decreto N.º 42.372
Decreto N.º 42.373
Decreto N.º 42.374
Decreto N.º 42.375
Decreto N.º 42.376
Decreto N.º 42.377
Decreto N.º 42.378
Decreto N.º 42.379
Decreto N.º 42.380
Decreto N.º 42.381
Decreto N.º 42.382
Decreto N.º 42.383
Decreto N.º 42.384
Decreto N.º 42.385
Decreto N.º 42.386
Decreto N.º 42.387
Decreto N.º 42.388
Decreto N.º 42.389
Decreto N.º 42.390
Decreto N.º 42.391
Decreto N.º 42.392
Decreto N.º 42.393
Decreto N.º 42.394
Decreto N.º 42.395
Decreto N.º 42.396
Decreto N.º 42.397
Decreto N.º 42.398
Decreto N.º 42.399
Decreto N.º 42.400
Decreto N.º 42.401
Decreto N.º 42.402
Decreto N.º 42.403
Decreto N.º 42.404
Decreto N.º 42.405
Decreto N.º 42.406
Decreto N.º 42.407
Decreto N.º 42.408
Decreto N.º 42.409
Decreto N.º 42.410
Decreto N.º 42.411
Decreto N.º 42.412
Decreto N.º 42.413
Decreto N.º 42.414
Decreto N.º 42.415
Decreto N.º 42.416
Decreto N.º 42.417
Decreto N.º 42.418
Decreto N.º 42.419
Decreto N.º 42.420
Decreto N.º 42.421
Decreto N.º 42.422
Decreto N.º 42.423
Decreto N.º 42.424
Decreto N.º 42.425
Decreto N.º 42.426
Decreto N.º 42.427
Decreto N.º 42.428
Decreto N.º 42.429
Decreto N.º 42.430
Decreto N.º 42.431
Decreto N.º 42.432
Decreto N.º 42.433
Decreto N.º 42.434
Decreto N.º 42.435
Decreto N.º 42.436
Decreto N.º 42.437
Decreto N.º 42.438
Decreto N.º 42.439
Decreto N.º 42.440
Decreto N.º 42.441
Decreto N.º 42.442
Decreto N.º 42.443
Decreto N.º 42.444
Decreto N.º 42.445
Decreto N.º 42.446
Decreto N.º 42.447
Decreto N.º 42.448
Decreto N.º 42.449
Decreto N.º 42.450
Decreto N.º 42.451
Decreto N.º 42.452
Decreto N.º 42.453
Decreto N.º 42.454
Decreto N.º 42.455
Decreto N.º 42.456
Decreto N.º 42.457
Decreto N.º 42.458
Decreto N.º 42.459
Decreto N.º 42.460
Decreto N.º 42.461
Decreto N.º 42.462
Decreto N.º 42.463
Decreto N.º 42.464
Decreto N.º 42.465
Decreto N.º 42.466
Decreto N.º 42.467
Decreto N.º 42.468
Decreto N.º 42.469
Decreto N.º 42.470
Decreto N.º 42.471
Decreto N.º 42.472
Decreto N.º 42.473
Decreto N.º 42.474
Decreto N.º 42.475
Decreto N.º 42.476
Decreto N.º 42.477
Decreto N.º 42.478
Decreto N.º 42.479
Decreto N.º 42.480
Decreto N.º 42.481
Decreto N.º 42.482
Decreto N.º 42.483
Decreto N.º 42.484
Decreto N.º 42.485
Decreto N.º 42.486
Decreto N.º 42.487
Decreto N.º 42.488
Decreto N.º 42.489
Decreto N.º 42.490
Decreto N.º 42.491
Decreto N.º 42.492
Decreto N.º 42.493
Decreto N.º 42.494
Decreto N.º 42.495
Decreto N.º 42.496
Decreto N.º 42.497
Decreto N.º 42.498
Decreto N.º 42.499
Decreto N.º 42.500
Decreto N.º 42.501
Decreto N.º 42.502
Decreto N.º 42.503
Decreto N.º 42.504
Decreto N.º 42.505
Decreto N.º 42.506
Decreto N.º 42.507
Decreto N.º 42.508
Decreto N.º 42.509
Decreto N.º 42.510
Decreto N.º 42.511
Decreto N.º 42.512
Decreto N.º 42.513
Decreto N.º 42.514
Decreto N.º 42.515
Decreto N.º 42.516
Decreto N.º 42.517
Decreto N.º 42.518
Decreto N.º 42.519
Decreto N.º 42.520
Decreto N.º 42.521
Decreto N.º 42.522
Decreto N.º 42.523
Decreto N.º 42.524
Decreto N.º 42.525
Decreto N.º 42.526
Decreto N.º 42.527
Decreto N.º 42.528
Decreto N.º 42.529
Decreto N.º 42.530
Decreto N.º 42.531
Decreto N.º 42.532
Decreto N.º 42.533
Decreto N.º 42.534
Decreto N.º 42.535
Decreto N.º 42.536
Decreto N.º 42.537
Decreto N.º 42.538
Decreto N.º 42.539
Decreto N.º 42.540
Decreto N.º 42.541
Decreto N.º 42.542
Decreto N.º 42.543
Decreto N.º 42.544
Decreto N.º 42.545
Decreto N.º 42.546
Decreto N.º 42.547
Decreto N.º 42.548
Decreto N.º 42.549
Decreto N.º 42.550
Decreto N.º 42.551
Decreto N.º 42.552
Decreto N.º 42.553
Decreto N.º 42.554
Decreto N.º 42.555
Decreto N.º 42.556
Decreto N.º 42.557
Decreto N.º 42.558
Decreto N.º 42.559
Decreto N.º 42.560
Decreto N.º 42.561
Decreto N.º 42.562
Decreto N.º 42.563
Decreto N.º 42.564
Decreto N.º 42.565
Decreto N.º 42.566
Decreto N.º 42.567
Decreto N.º 42.568
Decreto N.º 42.569
Decreto N.º 42.570
Decreto N.º 42.571
Decreto N.º 42.572
Decreto N.º 42.573
Decreto N.º 42.574
Decreto N.º 42.575
Decreto N.º 42.576
Decreto N.º 42.577
Decreto N.º 42.578
Decreto N.º 42.579
Decreto N.º 42.580
Decreto N.º 42.581
Decreto N.º 42.582
Decreto N.º 42.583
Decreto N.º 42.584
Decreto N.º 42.585
Decreto N.º 42.586
Decreto N.º 42.587
Decreto N.º 42.588
Decreto N.º 42.589
Decreto N.º 42.590
Decreto N.º 42.591
Decreto N.º 42.592
Decreto N.º 42.593
Decreto N.º 42.594
Decreto N.º 42.595
Decreto N.º 42.596
Decreto N.º 42.597
Decreto N.º 42.598
Decreto N.º 42.599
Decreto N.º 42.600
Decreto N.º 42.601
Decreto N.º 42.602
Decreto N.º 42.603
Decreto N.º 42.604
Decreto N.º 42.605
Decreto N.º 42.606
Decreto N.º 42.607
Decreto N.º 42.608
Decreto N.º 42.609
Decreto N.º 42.610
Decreto N.º 42.611
Decreto N.º 42.612
Decreto N.º 42.613
Decreto N.º 42.614
Decreto N.º 42.615
Decreto N.º 42.616
Decreto N.º 42.617
Decreto N.º 42.618
Decreto N.º 42.619
Decreto N.º 42.620
Decreto N.º 42.621
Decreto N.º 42.622
Decreto N.º 42.623
Decreto N.º 42.624
Decreto N.º 42.625
Decreto N.º 42.626
Decreto N.º 42.627
Decreto N.º 42.628
Decreto N.º 42.629
Decreto N.º 42.630
Decreto N.º 42.631
Decreto N.º 42.632
Decreto N.º 42.633
Decreto N.º 42.634
Decreto N.º 42.635
Decreto N.º 42.636
Decreto N.º 42.637
Decreto N.º 42.638
Decreto N.º 42.639
Decreto N.º 42.640
Decreto N.º 42.641
Decreto N.º 42.642
Decreto N.º 42.643
Decreto N.º 42.644
Decreto N.º 42.645
Decreto N.º 42.646
Decreto N.º 42.647
Decreto N.º 42.648
Decreto N.º 42.649
Decreto N.º 42.650
Decreto N.º 42.651
Decreto N.º 42.652
Decreto N.º 42.653
Decreto N.º 42.654
Decreto N.º 42.655
Decreto N.º 42.656
Decreto N.º 42.657
Decreto N.º 42.658
Decreto N.º 42.659
Decreto N.º 42.660
Decreto N.º 42.661
Decreto N.º 42.662
Decreto N.º 42.663
Decreto N.º 42.664
Decreto N.º 42.665
Decreto N.º 42.666
Decreto N.º 42.667
Decreto N.º 42.668
Decreto N.º 42.669
Decreto N.º 42.670
Decreto N.º 42.671
Decreto N.º 42.672
Decreto N.º 42.673
Decreto N.º 42.674
Decreto N.º 42.675
Decreto N.º 42.676
Decreto N.º 42.677
Decreto N.º 42.678
Decreto N.º 42.679
Decreto N.º 42.680
Decreto N.º 42.681
Decreto N.º 42.682
Decreto N.º 42.683
Decreto N.º 42.684
Decreto N.º 42.685
Decreto N.º 42.686
Decreto N.º 42.687
Decreto N.º 42.688
Decreto N.º 42.689
Decreto N.º 42.690
Decreto N.º 42.691
Decreto N.º 42.692
Decreto N.º 42.693
Decreto N.º 42.694
Decreto N.º 42.695
Decreto N.º 42.696
Decreto N.º 42.697
Decreto N.º 42.698
Decreto N.º 42.699
Decreto N.º 42.700
Decreto N.º 42.701
Decreto N.º 42.702
Decreto N.º 42.703
Decreto N.º 42.704
Decreto N.º 42.705
Decreto N.º 42.706
Decreto N.º 42.707
Decreto N.º 42.708
Decreto N.º 42.709
Decreto N.º 42.710
Decreto N.º 42.711
Decreto N.º 42.712
Decreto N.º 42.713
Decreto N.º 42.714
Decreto N.º 42.715
Decreto N.º 42.716
Decreto N.º 42.717
Decreto N.º 42.718
Decreto N.º 42.719
Decreto N.º 42.720
Decreto N.º 42.721
Decreto N.º 42.722
Decreto N.º 42.723
Decreto N.º 42.724
Decreto N.º 42.725
Decreto N.º 42.726
Decreto N.º 42.727
Decreto N.º 42.728
Decreto N.º 42.729
Decreto N.º 42.730
Decreto N.º 42.731
Decreto N.º 42.732
Decreto N.º 42.733
Decreto N.º 42.734
Decreto N.º 42.735
Decreto N.º 42.736
Decreto N.º 42.737
Decreto N.º 42.738
Decreto N.º 42.739
Decreto N.º 42.740
Decreto N.º 42.741
Decreto N.º 42.742
Decreto N.º 42.743
Decreto N.º 42.744
Decreto N.º 42.745
Decreto N.º 42.746
Decreto N.º 42.747
Decreto N.º 42.748
Decreto N.º 42.749
Decreto N.º 42.750
Decreto N.º 42.751
Decreto N.º 42.752
Decreto N.º 42.753
Decreto N.º 42.754
Decreto N.º 42.755
Decreto N.º 42.756
Decreto N.º 42.757
Decreto N.º 42.758
Decreto N.º 42.759
Decreto N.º 42.760
Decreto N.º 42.761
Decreto N.º 42.762
Decreto N.º 42.763
Decreto N.º 42.764
Decreto N.º 42.765
Decreto N.º 42.766
Decreto N.º 42.767
Decreto N.º 42.768
Decreto N.º 42.769
Decreto N.º 42.770
Decreto N.º 42.771
Decreto N.º 42.772
Decreto N.º 42.773
Decreto N.º 42.774
Decreto N.º 42.775
Decreto N.º 42.776
Decreto N.º 42.777
Decreto N.º 42.778
Decreto N.º 42.779
Decreto N.º 42.780
Decreto N.º 42.781
Decreto N.º 42.782
Decreto N.º 42.783
Decreto N.º 42.784
Decreto N.º 42.785
Decreto N.º 42.786
Decreto N.º 42.787
Decreto N.º 42.788
Decreto N.º 42.789
Decreto N.º 42.790
Decreto N.º 42.791
Decreto N.º 42.792
Decreto N.º 42.793
Decreto N.º 42.794
Decreto N.º 42.795
Decreto N.º 42.796
Decreto N.º 42.797
Decreto N.º 42.798
Decreto N.º 42.799
Decreto N.º 42.800
Decreto N.º 42.801
Decreto N.º 42.802
Decreto N.º 42.803
Decreto N.º 42.804
Decreto N.º 42.805
Decreto N.º 42.806
Decreto N.º 42.807
Decreto N.º 42.808
Decreto N.º 42.809
Decreto N.º 42.810
Decreto N.º 42.811
Decreto N.º 42.812
Decreto N.º 42.813
Decreto N.º 42.814
Decreto N.º 42.815
Decreto N.º 42.816
Decreto N.º 42.817
Decreto N.º 42.818
Decreto N.º 42.819
Decreto N.º 42.820
Decreto N.º 42.821
Decreto N.º 42.822
Decreto N.º 42.823
Decreto N.º 42.824
Decreto N.º 42.825
Decreto N.º 42.826
Decreto N.º 42.827
Decreto N.º 42.828
Decreto N.º 42.829
Decreto N.º 42.830
Decreto N.º 42.831
Decreto N.º 42.832
Decreto N.º 42.833
Decreto N.º 42.834
Decreto N.º 42.835
Decreto N.º 42.836
Decreto N.º 42.837
Decreto N.º 42.838
Decreto N.º 42.839
Decreto N.º 42.840
Decreto N.º 42.841
Decreto N.º 42.842
Decreto N.º 42.843
Decreto N.º 42.844
Decreto N.º 42.845
Decreto N.º 42.846
Decreto N.º 42.847
Decreto N.º 42.848
Decreto N.º 42.849
Decreto N.º 42.850
Decreto N.º 42.851
Decreto N.º 42.852
Decreto N.º 42.853
Decreto N.º 42.854
Decreto N.º 42.855
Decreto N.º 42.856
Decreto N.º 42.857
Decreto N.º 42.858
Decreto N.º 42.859
Decreto N.º 42.860
Decreto N.º 42.861
Decreto N.º 42.862
Decreto N.º 42.863
Decreto N.º 42.864
Decreto N.º 42.865
Decreto N.º 42.866
Decreto N.º 42.867
Decreto N.º 42.868
Decreto N.º 42.869
Decreto N.º 42.870
Decreto N.º 42.871
Decreto N.º 42.872
Decreto N.º 42.873
Decreto N.º 42.874
Decreto N.º 42.875
Decreto N.º 42.876
Decreto N.º 42.877
Decreto N.º 42.878
Decreto N.º 42.879
Decreto N.º 42.880
Decreto N.º 42.881
Decreto N.º 42.882
Decreto N.º 42.883
Decreto N.º 42.884
Decreto N.º 42.885
Decreto N.º 42.886
Decreto N.º 42.887
Decreto N.º 42.888
Decreto N.º 42.889
Decreto N.º 42.890
Decreto N.º 42.891
Decreto N.º 42.892
Decreto N.º 42.893
Decreto N.º 42.894
Decreto N.º 42.895
Decreto N.º 42.896
Decreto N.º 42.897
Decreto N.º 42.898
Decreto N.º 42.899
Decreto N.º 42.900
Decreto N.º 42.901
Decreto N.º 42.902
Decreto N.º 42.903
Decreto N.º 42.904
Decreto N.º 42.905
Decreto N.º 42.906
Decreto N.º 42.907
Decreto N.º 42.908
Decreto N.º 42.909
Decreto N.º 42.910
Decreto N.º 42.911
Decreto N.º 42.912
Decreto N.º 42.913
Decreto N.º 42.914
Decreto N.º 42.915
Decreto N.º 42.916
Decreto N.º 42.917
Decreto N.º 42.918
Decreto N.º 42.919
Decreto N.º 42.920
Decreto N.º 42.921
Decreto N.º 42.922
Decreto N.º



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.^o

PROCESSO N.^o 018/00

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

Solicitamos parecer Jurídico da Com.

Sala das Comissões, em

16/08/00

Presidente

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Kos
Rbh

PARECER JURÍDICO Nº 029/00

“ Projeto de Lei nº 018/00, do Legislativo, dispondo sobre caligrafia de médicos e dentistas. “

Conforme se vê pelo parecer juntado às fls. 4, já foi apresentado, em 1999, projeto de lei idêntico, considerado inconstitucional pelo DPM.

As razões apresentadas naquela parecer ainda prevalecem, pois trata-se de matéria cuja competência é da União, o que torna o projeto inconstitucional.

É o nosso parecer,

s.m.j.

Em, 25 de agosto de 2000.

Lurz Carlos Varella Prati
Procurador Geral

PLL 018/2000 - AUTORIA: Ver. Luís Vargas
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf>
CHAVE DE VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE: 384910363F9CCFE1BD74B37617BCA8CC
CÓDIGO DO DOCUMENTO: 024646





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Comissão de Justiça e Redação

Parecer N.^o

PROCESSO N.^o 018/00

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

*Contraria, pela inconstitucionalidade
do projeto em junta.*

Sala das Comissões, em

30 agosto 2000

[Signature]
Presidente

[Signature]
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

Comissão de Cultura, Educação e Assistência Social

Parecer N.º

PROCESSO N.º

018/00

REQUERENTE

A COMISSÃO, apreciando a matéria contida no presente processo, opina

*Contrário em função da presente matéria
ja estar disciplinada no Código de Saúde
Médica*

Sala das Comissões, em

31 agosto de 2000

Presidente

Relator

